



1 ATA DA REUNIÃO Nº 028 (Nº 02/2014) DO
2 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO
3 PARANÁ - CAU/PR, REALIZADA EM 24 FEVEREIRO DE
4 2014, NO PLENÁRIO DA SEDE DO CONSELHO DE
5 ARQUITETURA DO PARANÁ, EM CURITIBA-PR.
6

7 Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas
8 e treze minutos, no Plenário da Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná,
9 localizado na Avenida Nossa Senhora da Luz, 2.530, Bairro Alto da XV, nesta cidade de
10 Curitiba-PR, realizou-se a Sessão Ordinária nº 028 (02/2014), do Plenário do CAU/PR,
11 presidida pelo Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR - Presidente do Conselho,
12 tendo como secretária eu, Mônica de Lacerda Gomara, Assistente de Plenária do Conselho. A
13 Sessão contou com a participação dos seguintes Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e
14 Urbanistas **BRUNO SOARES MARTINS, CARLOS HARDT, CLAUDIO FORTE MAIOLINO,**
15 **DALTON VIDOTTI, GLAUCO PEREIRA JUNIOR, JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO, LUIZ BECHER,**
16 **MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI, RICARDO LUIZ LEITES DE**
17 **OLIVEIRA,** bem como o Conselheiro Federal Arquiteto e Urbanista **LAÉRCIO LEONARDO DE**
18 **ARAÚJO.**.....

19 Participaram da presente Sessão os Conselheiros Suplentes, Arquitetos e Urbanistas, **ANÍBAL**
20 **VERRI JUNIOR, CARLOS DOMINGOS NIGRO, FLAVIO EGYDIO DE OLIVEIRA CARVALHO NETO,**
21 **JOÃO CARLOS DIÓRIO e JUCENEI GUSSO MONTEIRO.**.....

22 Ficaram justificadas, de acordo com o parágrafo único do artigo 25 do Regimento Interno do
23 CAU/PR, as ausências dos Conselheiros Titulares Arquitetos e Urbanistas **ANDRÉ LUIZ SELL,**
24 **ALEXANDER FABRI HULSMAYER, ELI LOYOLA BORGES FILHO e ORLANDO BUSARELLO.**.....

25 Presentes também, nesta Sessão os Assessores contratados, a saber: o Jornalista Antonio Carlos
26 Domingues da Silva (Assessor de Comunicação); a Jornalista Maeva Moreira Alves de Moraes
27 (Assistente de Comunicação); a Advogada, Arquiteta e Urbanista Cláudia Cristina Taborda
28 Dudeque (Assessora Jurídica); Hélio Botto de Barros (Assessor de Planejamento); Paula Andrea
29 Meira (Secretária da Presidência); e eu, Mônica de Lacerda Gomara (Assistente de Plenária).-----

30 **I- QUÓRUM:** Verificado o número legal de Conselheiros presentes, de acordo com o
31 Regimento Interno do CAU/PR, art. 62, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão,
32 com os itens a seguir:-----

33 **II- REUNIÃO DAS COMISSÕES:** As comissões reuniram-se das nove horas às doze horas, com
34 quinze minutos de pausa para *coffee-break*.-----

35 **III- ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Em discussão e posterior votação, foi aprovada a Ata nº 27,
36 correspondente a Sessão Ordinária nº 027 (01/2014) de 27 de Janeiro de 2014. -----

37 **IV- PAUTA:** Apresentada e colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a Pauta desta
38 Reunião Ordinária nº 028, SEGUNDA de 2014 do CAU/PR, com Extrapauta.-----

39 **V- ORDEM DO DIA:**-----

40 **1 Apresentação das correspondências:**-----

41 **1.1 Correspondências recebidas:** Apresentada a lista de recebidas, não há (zero)
42 correspondência oriunda do CAU/BR, 03 (três) são de remetentes diversos e 1 (uma) da
43 Fiscalização.-----

44 **1.2 Correspondências expedidas:** Apresentada a lista de correspondências enviadas, 02
45 (duas) foram destinadas ao CAU/BR e 22 (vinte e duas) a diversos destinatários.-----



46 **2 Palavra da Presidência: Compartilhamento CSC-CAU/Nacional; Concurso Público CAU/PR;**
47 **Aquisição de Imóvel Sede CAU/PR em Curitiba**.....
48 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR informa que, tratando-se do Centro de Serviços
49 Compartilhados do CAU - CSC, confirmou-se, pelo CAU/PR, a “aprovação condicional do
50 Paraná”. O desdobramento que observa-se agora, é o de que pelo menos três Conselhos
51 Estaduais questionam a participação financeira neste compartilhamento. O CAU/São Paulo,
52 segundo o Presidente, firmou em Plenária, por unanimidade, posição de não participar deste
53 até que se tenham todas as pendências administrativas, técnicas e jurídicas esclarecidas. E,
54 ainda de acordo com o Presidente, os CAU/UF de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de
55 Janeiro demonstram uma tendência a acompanhar esta posição de compartilhamento
56 financeiro com ressalvas, tal como o CAU/SP. Considerando que a Plenária do CAU/PR
57 também aprova condicionalmente a sua participação, somam-se os cinco maiores Estados -
58 representantes de 75% (setenta e cinco por cento) da arrecadação e, aproximadamente, 70%
59 (setenta por cento) dos colegas inscritos - que discutem uma forma para poder participar
60 deste compartilhamento. O Presidente lembra que o tema já surgiu na Plenária do CAU/BR,
61 no mês de Novembro de 2013, com tentativa de aprovação na mesma data, onde houve
62 questionamentos. Criou-se então uma Comissão, da qual o CAU/PR faz parte. Assim sendo,
63 houve um trabalho intenso durante os meses de Dezembro de 2013 e Janeiro de 2014 desta
64 Comissão, buscando um entendimento entre os Presidentes dos CAU/UF e o CAU Nacional
65 para esta gestão compartilhada. O SICCAU hoje, explica, “apresenta-se instável, não tem mais
66 a Gerência Técnica da Arquiteta e Urbanista Mirna Cortopassi Lobo como Coordenadora, e a
67 empresa que presta serviços ao sistema já chegou ao seu limite”. O Presidente destaca ainda
68 que, quanto a perspectiva de compartilhamento “vemos com bons olhos, por podermos
69 pautar o SICCAU corporativo, por podermos levar nossos questionamentos ao CAU/BR, para
70 que este sistema promova - até o fim deste ano, que se caracteriza fundamentalmente pela
71 implantação do CAU, e que termina o primeiro mandato - um atendimento de excelência aos
72 profissionais. Esta tem sido a pauta dos Presidentes no compartilhamento proposto pelo
73 CAU/BR”. Relata que a última Reunião de Presidentes ocorreu na sexta-feira, em Brasília,
74 onde este posicionamento foi colocado de forma incisiva. Para o Presidente, há uma
75 perspectiva de sensibilização do CAU Nacional quanto a necessidade desta priorização e de
76 se “ouvir” os Estados, especialmente no que se refere às possibilidades de ações para o
77 avanço do funcionamento deste sistema corporativo. Informa ainda que, atualmente, consta
78 em Ata a representação e posição do CAU/PR. E ainda que desenvolveu-se uma proposta de
79 calendário para planejamento das estratégias. Com a proximidade da Reunião do Fórum de
80 Presidentes no dia 14 de Março de 2014 em Belo Horizonte, o CAU/PR propôs que, neste
81 final do mês de Fevereiro e início do mês de Março, “os CAU/UF recolham sugestões, críticas,
82 posicionamentos favoráveis e contrários em relação ao SICCAU Corporativo, de modo que os
83 assuntos se apresentem de forma tabulada e organizada, para que na Reunião sejam
84 assentadas as proposições de melhorias no sistema”. Assim sendo, o Presidente JEFERSON
85 DANTAS NAVOLAR finaliza o tema, observando que este é de extrema importância para o
86 corrente ano. A seguir, cita que o Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS, deverá
87 apresentar, durante o relato da Comissão de Atos Administrativos, informe sobre o Concurso
88 Público do CAU/PR. Segundo o Presidente, a empresa para a realização do mesmo já está
89 contratada, e ressalta que, com isto, o Conselho deve passar por um período difícil de
90 transição este ano, já que aproximadamente 50 (cinquenta) pessoas deverão permanecer



91 como servidores deste, no período entre Junho e Agosto, até que quadro funcional esteja
92 definitivamente formado. Neste sentido, considera que haverá necessidade do CAU/PR
93 readequar-se quanto ao seu espaço físico, inclusive considerando-se que há oportunidades
94 de imóveis próximos à atual sede, que podem constituir um bom negócio ao Conselho. Um
95 dos imóveis, informa o Presidente, já foi apresentado em Plenária pelo Conselheiro Titular
96 ORLANDO BUSARELLO. Outro é o da esquina próxima ao CAU/PR, propriedade da família
97 Axelrud, que conta com projeto do Arquiteto e Urbanista Ayrton Cornelsen. Desde Dezembro
98 de 2013 o imóvel - ao que se pede R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) de aluguel - está em
99 negociação com o CAU e outras entidades para a formação de um escritório corporativo para
100 Arquitetos e Urbanistas. A edificação está cadastrada como UIP (Unidade de Interesse de
101 Preservação) e o *lay-out* desenvolvido pelo Conselho confirma a possibilidade de se dispor no
102 local de 15 (quinze) a 16 (dezesseis) escritórios e, na semana passada, o proprietário dispôs-
103 se a abrir negociação para a venda do imóvel. Na frente desta propriedade, explica, há uma
104 área da Prefeitura Municipal de Curitiba concedida pelo órgão público para edificação de
105 equipamento social, que não está, atualmente, sendo devidamente aproveitada, mas
106 futuramente poderia constituir um projeto/equipamento cultural, até por uma
107 ação/incentivo do próprio CAU/PR. Outrossim, o Presidente relata à Plenária que o
108 proprietário da casa Axelrud está ciente da necessidade do Conselho em dispor de, no
109 mínimo, três avaliações de mercado para iniciar negociação, por tratar-se de uma Autarquia
110 Federal. Em contrapartida, do outro lado da Avenida, numa ZR1, há um imóvel cujo projeto é
111 de autoria do Arquiteto e Urbanista Luiz Forte Neto, com 2.100,00m² de terreno e 400,00m²
112 de área construída. O proprietário está pedindo R\$3.000,00 (três mil reais)/m² do terreno,
113 somando-se, aproximadamente, R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Mas esta
114 importância vale, segundo o Presidente, somente para abertura de uma negociação. Pode
115 haver uma contraproposta. A seguir, ele faz um comparativo entre as características dos dois
116 imóveis (Anexo I) e seus respectivos valores, destacando a importância desta avaliação de
117 negócio por parte do Plenário, pois o CAU/PR terminaria a primeira gestão com um imóvel
118 próprio, visto contabilizar, atualmente, aproximadamente, R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de
119 reais) em caixa, dos quais grande parte só pode ser aplicado para a aquisição de bens e
120 equipamentos. A partir desta exposição, o Presidente coloca duas propostas ao Plenário: 1) a
121 formação de uma Comissão para o estudo de viabilidade e perspectivas futuras destes
122 imóveis; e 2) que a mesma Comissão possa providenciar a avaliação das propriedades por, no
123 mínimo, três imobiliárias. O objetivo é o de verificar o valor de mercado e a real possibilidade
124 do CAU/PR em adquirir, até o fim deste mandato, uma sede própria para resolver o problema
125 do espaço físico após o Concurso Público. O Presidente esclarece ainda, complementando a
126 questão levantada pelo Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO, sobre a situação
127 da atual Sede do CAU/PR, que o contrato de aluguel limita-se a seis anos, e a multa diária, a
128 partir de então, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)/dia. Após debate e aprovação da matéria
129 por unanimidade, são nomeados os Conselheiros para a Comissão de Avaliação do Imóvel, a
130 saber: Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO, por participar da Comissão de
131 Finanças do CAU/PR, Conselheiros Suplentes JOÃO CARLOS DIÓRIO e LUIZ FERNANDO
132 GOMES BRAGA, por trabalharem na Prefeitura; o Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE
133 MAIOLINO e a Assessora Jurídica Cláudia Cristina Taborda Dudeque.....
134 **3 Distribuição de Processos para Relatoria.**
135 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR informa que os processos foram distribuídos pela



136 Assessoria Jurídica no período da manhã, durante a Reunião das Comissões.....

137 **4 Relato das Comissões**.....

138 **4.1 Relato Comissão Temporária de Concurso Público**.....

139 O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS expõe o documento inicial - Projeto Básico -
140 para montagem do Edital relativo ao Concurso Público do CAU/PR (Anexo II), esclarecendo
141 que três instituições foram consultadas para a organização do mesmo - UTFPR, FAFIPA e
142 PUC/PR. A contratada, UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, deverá ter sua
143 publicação efetivada amanhã, dia 25 de Fevereiro de 2014 em Diário Oficial. A seguir, o
144 Conselheiro faz a apresentação dos cargos a serem preenchidos e o respectivo número de
145 vagas. Informa que uma vaga no Atendimento de Curitiba é destinada a um portador de
146 necessidades especiais e que haverá um Cadastro de Reserva para todas as vagas, caso haja
147 demanda que necessite de mais funcionários imediatos. Explica que as provas devem conter
148 45 (quarenta e cinco) questões objetivas: 25 (vinte e cinco) de conhecimentos específicos, 06
149 (seis) de matemática, 06 (seis) de português e 08 (oito) de informática. Apresenta
150 informações específicas a respeito do Edital, tais como o valor das questões, pontuação
151 segundo cursos, prova de títulos, conhecimento específico na área pretendida, experiência
152 profissional no serviço público, em empresa privada, no Conselho de Arquitetura e
153 Urbanismo e outras. Sobre o cronograma, cita que no dia 19 de Fevereiro último foi feita a
154 assinatura do contrato, informando, a seguir, as datas subseqüentes para efetivação do
155 Concurso. Esclarece ainda que na forma de “licitação proposta/dispensa de licitação”, caso
156 do Conselho do Paraná, primeiro se faz o contrato e depois o processo de dispensa licitatória
157 com as devidas justificativas e respaldos jurídicos. Quanto ao pagamento do Concurso para a
158 Instituição contratada, este será realizado em duas parcelas iguais: a primeira parcela em 5
159 (cinco) dias úteis após o encerramento das inscrições, e a segunda parcela na finalização
160 deste, mais a importância referente ao excedente de inscritos. O valor das inscrições é de R\$
161 90,00 (noventa reais) para nível médio e R\$ 130,00 (cento e trinta reais) para nível superior. E
162 destaca que o CAU/PR teve, até o lançamento do Edital, uma despesa de, aproximadamente,
163 R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com o Concurso. O Assessor de Planejamento Hélio Botto de
164 Barros acrescenta que as questões da prova objetiva serão inéditas e devem abranger
165 conteúdos referentes aos sistemas utilizados pelo CAU. O Conselheiro Suplente ANÍBAL
166 VERRI JUNIOR questiona se haverá prova no interior do Estado, ao que o Conselheiro Titular
167 BRUNO SOARES MARTINS responde que seria uma opção praticamente inviável, devido aos
168 custos. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR sobrepõe que o CAU/PR deve chegar a
169 37,8% (trinta e sete inteiros e oito décimos por cento) da arrecadação, com custos de quadro
170 funcional, contando com a permanência dos Assessores e a inclusão dos novos servidores
171 classificados no Concurso. A Conselheira Titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI recomenda
172 que os funcionários contratados, inclusive os que atuam nas Regionais, sejam comunicados a
173 respeito das alterações funcionais que ocorrerão no Conselho a partir da realização do
174 Concurso, não só para a formalização do processo, mas também por uma questão de
175 respeito a eles, ao que o Plenário acorda e o Presidente dá encaminhamento, encerrando a
176 matéria.....

177 **4.2 Relato da Comissão de Ética e Disciplina**.....

178 Sobre a Reunião de Comissões realizada pela manhã, a Conselheira Titular MARLI ANTUNES
179 DA SILVA AOKI informa que o funcionário Leandro Reguelin foi nomeado Colaborador desta
180 Comissão e relata sobre os pareceres dados nos processos, com a definição de uma nova



181 metodologia para tramitação destes dentro do grupo de trabalho, com assinatura de todos
182 os membros participantes. Explica que os processos referentes às denúncias oriundos do
183 CREA/PR tem um prazo de retorno de até 90 (noventa) dias para manifestação, enquanto
184 que a Comissão deliberou que os processos do CAU/PR devem ter um prazo máximo de 30
185 (trinta) dias, com exceção daqueles complexos em sua análise. Sobre a Câmara de
186 Arbitragem, que a Comissão tenciona apresentar um estudo de implementação até a
187 próxima Plenária, o Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO explica que é uma
188 iniciativa aceita pelo Poder Judiciário que visa diminuir os prazos das pendências e
189 discussões. O Paraná tem a Associação Comercial do Paraná - ACP, que tem um trabalho
190 pioneiro no Estado, de convênios com a empresa Arbitac, que atua como Câmara de
191 Mediação e Arbitragem para litígios, dentro da ACP. Assim sendo, o Conselheiro informa que,
192 se houver interesse do CAU/PR em instituir esta parceria, a agência supracitada pode
193 apresentar o escopo de trabalho, destacando que a mesma é isenta de custos iniciais, pois a
194 despesas devem correr mediante ações resolvidas pela própria Câmara. Neste sentido, a
195 proposta da Comissão é a de aproximação deste Instituto junto ao Conselho para firmar
196 convênio de interesse mútuo e adequação dos processos que tramitam dentro desta
197 Comissão, e também sobre as questões relativas ao Código de Ética, no que se refere às
198 premiações concedidas aos Arquitetos e Urbanistas. O Presidente JEFERSON DANTAS
199 NAVOLAR lembra que já houve uma Reunião para firmar convênio entre o CAU/PR e algumas
200 entidades, como a Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura - AsBEA - e o Instituto
201 de Arquitetos do Brasil - IAB. Neste debate, três pontos foram destacados: 1) “transparência”
202 entre lojistas, profissionais de área e clientes; 2) a questão da formação profissional; e 3) que
203 as premiações devem considerar o critério de qualidade do projeto ou obra executada. Sobre
204 este assunto, esclarece que outra Reunião já está marcada para dia 10 de Março, com as
205 instituições de interesse e empresas lojistas para novos posicionamentos diante do Código de
206 Ética. A seguir, a Conselheira Titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI recomenda que o
207 Conselheiro Federal LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO encaminhe aos Conselheiros Federais o
208 Caderno confeccionado pelo CAU/PR, o que é acordado por todos. O Presidente JEFERSON
209 DANTAS NAVOLAR solicita ao Assessor de Comunicação uma carta de acompanhamento para
210 ser entregue junto à publicação.....

211 **4.3 Relato Comissão de Finanças.**
212 O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO relata que o Balanço Financeiro Geral
213 do ano de 2013 já foi concluído, mas deve passar pela Auditoria externa contratada pelo
214 CAU/PR, antes de ser apresentada à Plenária para votação. Inicia então a apresentação do
215 Quadro Resumo Conciliação do mês de Janeiro (Anexo III), onde se lê: receitas do CAU/PR, de
216 R\$ 758.781,11 (setecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e oitenta e um reais e onze
217 centavos), valor decorrente do valor das anuidades e RRTs, resultando numa média de
218 entradas de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)/dia. As despesas somam R\$ 188.386,13 (cento
219 e oitenta e oito mil, trezentos e oitenta e seis reais e treze centavos), que contabiliza um
220 saldo atual positivo de RS 7.725.501,92 (sete milhões, setecentos e vinte e cinco mil,
221 quinhentos e um reais e noventa e dois centavos) ao CAU/PR. A respeito, o Conselheiro
222 Titular RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA lembra que as anuidades de 2014 não estão
223 inclusas neste Quadro de Demonstrações Financeiras, pois seu vencimento incide no último
224 dia do mês. Ainda assim, observa, as receitas estão, em média, 26% (vinte e seis por cento)
225 acima em comparação às do ano passado. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca



226 em votação o Quadro de Demonstrações Financeiras do mês de Janeiro, o qual é aprovado
227 por unanimidade. Na sequência, o Conselheiro Suplente ANÍBAL VERRI JUNIOR questiona se
228 o CAU/PR tem a contabilização das anuidades pagas em parcelas ou à vista, para análise da
229 Plenária. Ao que o Conselheiro Titular RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA relata que estas
230 informações são disponibilizadas aos Conselhos Estaduais pelo sistema Nacional, mas
231 atualmente o CAU/PR está sem acesso ao mesmo. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
232 acresce que o CAU/PR não foi notificado sobre a restrição de acesso ao SICCAU, pelo CAU
233 Nacional, o que prejudica o trabalho deste Conselho - especialmente relacionado à
234 Tecnologia da Informação - e que um Ofício foi encaminhado ao CAU/BR (Anexo IV),
235 solicitando esclarecimentos sobre o assunto e normalização do acesso, mas ainda não houve
236 resposta. Relata que na última Reunião de Presidentes questionou-se o motivo pelo qual
237 foram interrompidos os serviços e a resposta foi de que há uma dúvida do CAU/BR de qual
238 nível de informação os CAU/UF devem ter em relação ao SICCAU. Ao que o Presidente
239 redarguiu que os Conselhos Estaduais podem ser induzidos a erros e ilegalidades se não
240 houver subsídios para o bom desempenho dos funcionários. E exemplifica o caso de uma
241 Instituição de Ensino de São Paulo que mantém inscrição irregular no CAU/SP e, devido a
242 isto, seus egressos tentaram o registro no CAU/PR. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND
243 SUPLICY NETO solicita ao Conselho que seja feita uma Moção da Plenária para restituição
244 imediata de acesso ao SICCAU, visto conter informações imprescindíveis quanto às
245 estatísticas, RRTs e anuidades. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca em votação
246 a Moção, que é aprovada por unanimidade. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT solicita
247 que, na introdução do documento, seja inserida a absoluta necessidade de acesso a todas as
248 informações gerenciais para que sejam minimizados os erros funcionais do CAU/PR e demais
249 CAU/UF. O Conselheiro Federal LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO relata que se deve
250 considerar que alguns dos problemas encontrados são relativos ao próprio SICCAU, que não
251 permite a preparação de Relatórios Gerenciais suficientemente consistentes para subsidiar o
252 trabalho dos Conselheiros Federais, Estaduais e dos CAU/UF. Cita, igualmente, que os
253 Conselheiros Federais estão tendo dificuldade em fazer um estudo das estatísticas estaduais
254 e comparativos anuais/mensais e já tiveram uma Reunião com os responsáveis pelo SICCAU,
255 solicitando os Relatórios Gerenciais para uma análise mais detalhada dos documentos dentro
256 das Comissões Federais. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS relata que esteve,
257 na sexta-feira passada, numa Reunião em Minas Gerais, onde a Representante do Estado do
258 Rio de Janeiro informou que o CAU/RJ está desenvolvendo uma base de dados paralela à do
259 CAU/BR, devido à dificuldade em se obter informações e não haver perspectiva de melhorias
260 no sistema Nacional.....

261 **4.4 Relato Comissão de Exercício Profissional.**

262 O Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO relata que recebeu do Presidente do
263 Sindicato dos Empregados dos Conselhos e Ordens de Fiscalização do Exercício Profissional
264 do Estado do Paraná - SINDIFISC-PR, Engenheiro Antonio Marsengo, um comunicado que,
265 segundo este, enumera algumas irregularidades observadas no CAU/PR em relação ao
266 quadro de funcionários, e que não foram ainda sanadas (Anexo V), ao qual se lê: “[...] O
267 SINDIFISC-PR é o sindicato que representa a categoria dos funcionários dos Conselhos e
268 Ordens de Fiscalização Profissional (CREA, CRC, CRM, OAB, etc.). O meu contato com o
269 Arquiteto Jeferson já vem desde o início do CAU, para podermos firmar o acordo coletivo da
270 categoria, e sempre fui meio enrolado por ele, nunca conseguimos chegar a uma reunião,



271 como o CAU estava no início eu também não quis forçar a barra, pois entendia que no início
272 tudo é meio complicado e com o tempo ele iria acertar a situação, estava enganado, ele
273 continuou sem atender ao sindicato e contratando funcionário como bem entender. A
274 situação dos funcionários dos Conselhos é muito complicada, hoje todos os funcionários
275 deveriam estar sendo contratados via concurso público e pelo regime estatutário, não o da
276 CLT como está sendo praticado. Neste sentido temos várias ações na justiça anulando
277 concursos e impedindo a contratação pela CLT. Recentemente entramos com uma ação em
278 Brasília, tentando impedir a realização do concurso do CAU Federal, até conseguirmos uma
279 liminar que depois foi caçada, pois o caso do CAU é diferente, a Lei que criou o CAU fala que o
280 regime dos funcionários é o CLTista, mas continua a obrigatoriedade de se realizar o
281 CONCURSO. Com relação ao CAU Paraná a situação é a seguinte, estão sendo contratados
282 funcionários sem concurso público, a Lei que permite que você contrate em cargo
283 comissionado (sem concurso) até 20% do quadro de funcionários, ou seja, se você tiver 20
284 funcionários concursados, você pode ter até 4 contratados sem concurso, mas a Lei também
285 detalha que estes funcionários contratados sem concurso, devem ocupar em confiança de
286 assessores, nunca cargos técnicos (contador, advogado, cargo laboral, etc.). Outra situação
287 que ocorre no CAU é que na hora de contratar ele estabelece o regime da CLT e na hora que
288 dispensa o funcionário não quer pagar as verbas trabalhistas, pois alega que são cargos
289 comissionados, isto não é legal, tem que se pagar todas as verbas, inclusive a multa do FGTS.
290 Estou fazendo uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho sobre esta situação das
291 demissões sem a quitação das verbas rescisórias, para que o MPT intime o CAU a quitar a
292 verbas rescisórias dos funcionários demitidos, essa já está pronta e vou protocolar na semana
293 que vem. Também estou preparando uma outra denúncia ao Ministério Público Federal sobre
294 a contratação de funcionários sem o Concurso Público, essa denúncia pode vir a obrigar o
295 CAU a demitir todos os funcionários, aí ele estaria numa situação complicada, pois todos os
296 funcionários teriam que ser demitidos, pois a realização do concurso é obrigatória. A minha
297 ideia em conversar com ele é no sentido de se fazer um acordo coletivo de trabalho,
298 garantindo os benefícios trabalhistas e fazer um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta)
299 entre o CAU, SINDFISC e MPF [sic], para que as próximas contratações sejam feitas através de
300 concurso. Assim, não prejudicáramos os que hoje estão lá e também não prejudicáramos
301 administrativamente o CAU, pois se fizermos a denúncia e o MPF [sic] mandar demitir todos
302 os funcionários contratados sem concurso, acho que o CAU sofreria um abalo administrativo
303 [...]”. O Conselheiro informa que deixa o documento à disposição da Assessoria Jurídica para
304 as devidas providências e sugere que seja feito um convite ao Sindicato para uma Reunião
305 com o Presidente e alguns Conselheiros do CAU/PR, para que sejam esclarecidos os assuntos
306 referentes à notificação. O Presidente lembra algumas circunstâncias passadas similares a
307 respeito, desde a instauração do Conselho. Primeiro, o Sindicato dos Empregados dos
308 Conselhos e Ordens de Fiscalização do Exercício Profissional do Estado do Paraná - SINDIFISC, nos
309 três primeiros meses de CAU, trouxe doze funcionários do CREA, todos Arquitetos e Urbanistas,
310 impondo que os mesmos fossem contratados; numa segunda oportunidade, cita,
311 desenvolveu-se um termo de acordo coletivo junto ao órgão, com representação de um
312 funcionário do CAU, onde grande parte das solicitações foi atendida. No entanto, o CAU/PR
313 optou por não assinar o acordo, por estar em fase de transição do quadro funcional, “por
314 entendermos que a Legislação Trabalhista nos ampara nas atuais contratações temporárias.
315 Após o Concurso, aí sim poderemos assumir a responsabilidade das contratações permanentes”.



316 Informa ainda que o documento recebido pelo Conselheiro foi comunicado a Assessoria Jurídica
317 do CAU/PR que formalizou esclarecimento junto à Entidade e, sobre este, dois protocolos foram
318 gerados: um junto ao SINDIFISC e outro ao Ministério do Trabalho. Estes documentos, segundo
319 a Assessora Jurídica Cláudia Cristina Taborda Dudeque, mencionam a Deliberação PRES nº
320 04/2012 do CAU/PR (Anexo VI), fundamentada na Orientação Jurídica nº 03/2012 do CAU/BR,
321 que regulamenta a atual situação do Conselho Estadual quanto a contratação dos funcionários.
322 A Assessoria Jurídica cita ainda que, logo após a efetivação do Edital do Concurso, deverá ser
323 anexado às correspondências dos Sindicatos uma nota informativa sobre este e os
324 encaminhamentos neste sentido. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS acresce que
325 o CAU/PR, assim como o CAU/SC - recentemente contestado a respeito - segue rigorosamente
326 a Lei 12.378/2010. Sem mais manifestações a respeito, o Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE
327 MAIOLINO relata que houve uma Reunião Extraordinária, convocada pela Presidência no dia
328 17 de Fevereiro, com início às 17 horas e término às 19 horas para deliberar sobre o grande
329 número de processos que se encontravam para avaliação da Comissão. Informa que
330 estiveram presentes, além do Coordenador desta, os Conselheiros Titulares ORLANDO
331 BUSARELLO e MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, o Gerente de Atendimento Edson Alberto Ramos,
332 a Assessora Jurídica Cláudia Cristina Taborda Dudeque, a Analista Administrativa Andressa
333 Fabiana Oliveira e eu, Mônica de Lacerda Gomara, Assistente de Plenária. Informa o número
334 de RRTs Extemporâneos e solicitações de Cancelamento analisados, deferidos e indeferidos.
335 Acresce que hoje pela manhã, durante a Reunião de Comissões, a CEP deu continuidade aos
336 trabalhos desenvolvidos, tendo como nova Colaboradora a Analista Administrativa Andressa
337 Fabiana Oliveira. Cita que, além deste trabalho, dois assuntos foram colocados em Pauta, a
338 saber: 1) a constante solicitação de Cancelamento de RRT, visto a prática profissional em
339 requerer Alvará de Projeto e, depois de também assinar como Responsável Técnico pela
340 Execução do mesmo, o Arquiteto e Urbanista é substituído por outro profissional. Como não
341 há meios legais para impedir o “declínio” do contrato, explica o Conselheiro - já que alguns
342 Arquitetos e Urbanistas sequer têm o conhecimento de que, a partir do momento em que
343 assinam o RRT de Execução de Obra, tornam-se responsáveis por ela - a Comissão entende
344 que a solução viável seja uma regulamentação que permita ao profissional solicitar um
345 número determinado de Cancelamentos dentro de um prazo estipulado pelo Conselho - por
346 exemplo, 03 (três) Cancelamentos em 12 (doze) meses, visando “informar e coibir uma
347 prática que, se é legal do ponto de vista jurídico, é imoral do ponto de vista profissional”.
348 Caso o Arquiteto e Urbanista persista nesta prática, ele deve ser chamado ao Conselho para
349 ser informado quanto a normatização e explicar o motivo de exceder o número de
350 solicitações de Cancelamento de RRTs; 2) o Arquiteto e Urbanista subcontratado por algumas
351 empresas/instituições/prefeituras não têm controle sobre o número de RRTs emitidos pela
352 contratante, se considerar o número de profissionais envolvidos no processo. E exemplifica:
353 se um Arquiteto é contratado para uma obra de Restauro e, dentro da instituição contratante
354 houver outros Arquitetos que não participaram efetivamente do trabalho, mas que emitam
355 RRT de coautoria do Projeto como funcionário da empresa - vinculado ao RRT da equipe de
356 trabalho - não há como impedi-los. Isto porque, neste caso, o CAU solicita que a assinatura
357 constante no RRT seja a do contratante e não do Arquiteto coordenador de
358 equipe/contratado. O que, de acordo com o Conselheiro, gera uma “fábrica de Acervos”. A
359 solução apontada pela Comissão se faz no sentido de que o Conselho passe a exigir, no
360 preenchimento do RRT como coautor de projeto, a assinatura do Arquiteto contratado - se



361 este for o responsável pela coordenação do mesmo - bem como o cruzamento das RRTs de
362 todos os envolvidos no processo. A dúvida, neste caso, é se o sistema permite tal
363 procedimento. Há um debate sobre a matéria e o Presidente JEFRESON DANTAS NAVOLAR
364 sugere que a Comissão oficialize as considerações, as soluções propostas e requeira a
365 viabilização desta metodologia via sistema. O documento deverá passar por uma análise no
366 CAU/PR para posterior encaminhamento ao gestor do SICCAU/CAU Nacional.-----

367 **4.5 Relato da Comissão de Ensino e Formação.** -----

368 O Conselheiro Titular CARLOS HARDT assinala a entrada do Conselheiro Suplente ANÍBAL
369 VERRI JUNIOR na presente Comissão, já como participante nos trabalhos desenvolvidos pela
370 manhã, durante a Reunião das Comissões. Cita que, entre os processos analisados, há o
371 requerimento de apostilamento de um Curso de Pós-Graduação em Engenharia de
372 Infraestrutura de Transportes Rodoviários, concluído em 2004, visto não haver alternativa de
373 reconhecimento deste dentro do sistema SICCAU. A Comissão entende, assim, que há a
374 necessidade de solicitar orientações concernentes ao CAU/BR. Segundo o Conselheiro, se
375 simplesmente o CAU/PR deferir este pedido, fica subentendido de que o Conselho está
376 anuindo à novas atribuições profissionais, o que não pode ocorrer. O Presidente JEFERSON
377 DANTAS NAVOLAR abre a palavra ao Plenário que faz considerações a respeito. Quanto às
378 alterações nos cadastro de Cursos de Arquitetura e Urbanismo, o Conselheiro Titular CARLOS
379 HARDT sugere o encaminhamento de um Ofício ao Conselho Nacional questionando quais os
380 procedimentos que devem ser tomados junto ao sistema para efetivação desta atualização.
381 Sobre as correspondências aos Coordenadores de Curso - citadas na Plenária passada - elas
382 deverão ser enviadas ainda esta semana, seguida de um contato telefônico, finalizando com
383 uma visita do Conselheiro Regional à Instituição e reforçada pelo Fórum de Coordenadores
384 de Curso, marcado para dia 12 (doze) de Maio. A programação e os convites para tal devem
385 ser discutidos na Reunião da Comissão do mês de Março. Comunica ainda que, a respeito do
386 Boletim de Informação idealizado pela CEF, este deve incidir em forma de *Newsletter*,
387 mensalmente. Outrossim, o “Cartão do Recém Formado” - já aprovado - e anteriormente
388 chamado de “Carteira de Recém Formado”, foi inicialmente implementado em três
389 Instituições Estaduais, mas sem distribuição aos estudantes, pela dúvida de qual momento
390 seria o mais oportuno para tal: se no ensaio da formatura, durante a formatura propriamente
391 dita, ou em outra ocasião especial. A seguir, o Conselheiro Titular CARLOS HARDT convida o
392 Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO a participar da Comissão de Ensino e
393 Formação Profissional, tendo em vista a necessidade de haver um número maior de Titulares
394 para não haver dificuldade de quórum nas Reuniões subsequentes. A partir disso, o
395 Conselheiro Titular CARLOS DOMINGOS NIGRO pondera sobre a necessidade de uma maior
396 interação entre as Comissões e o NESC, Núcleo importante do CAU/PR que, segundo ele,
397 “traz visibilidade a todas as Comissões e fortalece as ações diretas do Conselho”. Solicita,
398 assim, um programa de intervenção para o alcance dos objetivos do NESC e, por conseguinte,
399 do próprio Conselho, através da representação nas Regionais e Câmaras Técnicas. Por fim,
400 informa sua participação efetiva no NESC, como colaborador do Conselheiro Suplente
401 JUCENEI GUSSO MONTEIRO, responsável pelo mesmo. O Presidente JEFERSON DANTAS
402 NAVOLAR abre a palavra ao Plenário, sem manifestações e, antes de dar por encerrada a
403 Comissão, convida a Arquiteta e Urbanista Letícia Peres Antunes Hardt, Presidente da
404 Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas - ABAP, para discorrer sobre a coordenação,
405 como Secretária Executiva, do Colegiado Permanente das Entidades Nacionais dos Arquitetos



406 e Urbanistas - CEAU, enquanto conselho consultivo do CAU Nacional, durante o ano de 2014.
407 Assim, a Arquiteta e Urbanista Letícia Peres Antunes Hardt toma a palavra e informa sobre o
408 novo debate que ocorreu na Câmara dos Deputados a respeito do PL dos Paisagistas, do PL
409 dos *Designers* de Interiores e seus encaminhamentos. Cita, a seguir, sobre a importância da
410 acreditação dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo, ponto de discussão no CEAU,
411 atualmente. Comunica sobre o lançamento de um Seminário junto ao Legislativo durante os
412 dias 27 e 28 de Março, para discussão dos PLs referentes à profissão dos Arquitetos e
413 Urbanistas e lembra que no mês de Abril, deve acontecer o 7º Fórum Urbano Mundial
414 (WUF7), agendado para o período de 5 a 11, na cidade de Medellín, Colômbia: “O tema desta
415 sétima edição será Patrimônio Urbano em Desenvolvimento - Cidades para a Vida. O evento
416 deve evidenciar as metas para a agenda urbana mundial, promovendo debates acerca da
417 necessidade de cooperação para uma urbanização sustentável que garanta o direito à cidade
418 para a população de baixa renda. Segundo a UN-Habitat, está prevista a representação de
419 130 países e, aproximadamente, 10 mil pessoas”. Destaca ainda a necessidade imperativa de
420 se realizar uma eleição no Brasil para a formação de uma Delegação que apoie o Brasil,
421 enquanto Sede do Congresso da União Internacional dos Arquitetos - UIA em 2020. Sobre a
422 Tabela de Honorários dos profissionais de área, notifica que um *software* referente já foi
423 testado e aprovado no CEAU. “Esta Tabela, que é dividida em módulos, é fruto de um
424 trabalho desenvolvido ao longo de cinco anos dentro do IAB, e teve sua discussão ampliada e
425 aprovada no CEAU e no CAU/BR que, após a sua conclusão, deverá servir como referencial
426 para a formação de preços de mais de 240 (duzentos e quarenta) atividades de competência
427 profissional dos Arquitetos e Urbanistas”. Por fim, discorre sobre a posição contrária da
428 Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, num encontro realizado para entrega do
429 Manifesto para ajuste à Lei Federal nº 8.666/1993, desenvolvido pelas cinco entidades
430 representativas, que formam o Colegiado de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - IAB, FNA,
431 AsBEA, ABEA e ABAP - e outras que não são da área, especialmente no que se refere a
432 exigência de projetos executivos “completos” para a licitação de Obras Públicas. O que
433 motiva tal recusa da Ministra, segundo a Presidente da ABAP, é a aprovação de
434 cláusulas/modificações durante um ano eleitoral. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
435 reitera o apoio do CAU/PR às ações do CEAU, neste ano sobre a coordenação dela,
436 agradecendo o relato da Arquiteta e Urbanista Letícia Peres Antunes Hardt.-----

437 **4.6 Relato da Comissão de Atos Administrativos.**-----

438 Como primeiro assunto a ser debatido pela Comissão, o Conselheiro Titular LUIZ BECHER
439 solicita a definição de alguns itens a respeito da viagem ao XX Congresso Brasileiro de
440 Arquitetos, em abril próximo. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra que não
441 houve quórum para a realização da Reunião Plenária junto ao Congresso, mas que os
442 Conselheiros devem participar do mesmo com o apoio do CAU/PR. Para tal, mantém-se a
443 ajuda de custo, equivalente a três diárias estaduais para as despesas recorrentes e, em
444 contrapartida, os Conselheiros deverão apresentar Relatório, de acordo com o assunto
445 debatido no Grupo Temático de sua escolha. O Presidente solicita a mim, Assistente de
446 Plenária, Mônica de Lacerda Gomara, que apresenta a situação de todos quanto ao número
447 de participantes, passagens, hospedagem e inscrições no Congresso. Há um debate sobre a
448 matéria e estipula-se o prazo de 06 de Março como data limite para a definição do grupo de
449 viagem. Sobre as Plenárias que devem ocorrer nas demais cidades do Estado, o Conselheiro
450 Titular LUIZ BECHER abre a palavra para a votação dos Municípios. A sugestão é para



451 Londrina, Maringá e Cascavel, visto terem um maior número de profissionais de área e
452 conterem os Escritórios Regionais, que podem servir de apoio técnico e de infraestrutura às
453 Reuniões. É apresentado o calendário das Reuniões Plenárias, e colocado em votação que: no
454 mês de Março, mantem-se a data da Reunião; em Abril, esta passa para o dia 14 (quatorze),
455 uma semana antes do Congresso em Fortaleza; a Plenária de Maio transfere-se para dia 12
456 (doze); a de Junho antecipa-se à Copa do Mundo, no dia 09 (nove); e a do mês de Julho passa
457 para o dia 21 (vinte e um). As datas são acordadas por unanimidade. Para as Plenárias
458 Municipais, os Conselheiros aprovam os seguintes Municípios e respectivos meses: 1) Julho:
459 Londrina; 2) Setembro: Cascavel; 3) Novembro: Maringá. A seguir, O Conselheiro Titular LUIZ
460 BECHER informa sobre a Auditoria Externa efetuada no CAU/PR, em que está prevista a
461 entrega dos resultados antes da próxima Plenária e apresenta o Relatório das Gerências
462 (Anexo VII), enviado aos Conselheiros via *e-mail*, para acompanhamento do mesmo, mês-a-
463 mês. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR cita dois problemas apontados pela
464 Auditoria, a saber: a listagem patrimonial do CAU/PR e a questão do Departamento Pessoal,
465 onde foram detectadas pendências de documentos e assinaturas, que estão sendo
466 verificadas pelo Departamento Administrativo. O Presidente apresenta, então, o número de
467 RRT mensais, onde o Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVERIA FILHO nota o aumento de
468 “RRT referentes à execução de obras profissionais”, discutida na Reunião das Comissões. O
469 Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS informa que, a partir de um primeiro contato
470 entre o NESC e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE, vem
471 se consolidando uma parceria entre o SEBRAE/Regional e o Núcleo do CAU/PR em Pato
472 Branco. Atualmente, ela se firma na organização de viagens de interesse a dois eventos
473 promovidos pelo SEBRAE: a EXPO REVESTIR, que acontece de 11 a 14 de Março, no
474 Transamérica Expocenter, em São Paulo e a FEICON BATIMAT, que realizar-se-á no Anhembi,
475 também em São Paulo, entre os dias 18 e 22 de Março. As duas Feiras contam com a
476 promoção da Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos de Pato Branco e Região -
477 AREA/PB, a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Sudoeste - Sudenge, e o Conselho de
478 Arquitetura e Urbanismo do Paraná - CAU/PR. Comunica que outra Reunião entre os
479 profissionais da Região foi agendada com o SEBRAE/PR para o debate de assuntos
480 pertinentes à profissão na Região de Pato Branco, pois nota-se um apoio efetivo desta
481 Instituição na construção civil, especialmente voltado à Arquitetura e Urbanismo e áreas
482 afins. O Conselheiro relata sobre a Reunião em Belo Horizonte da qual participou com o
483 Assessor de Planejamento Hélio Botto De Barros e representantes dos Estados de Rio de
484 Janeiro e Amazonas, para ciência do aplicativo “Arquiteto Protagonista” (Anexo VIII),
485 produzido pelo próprio CAU/MG. O Objetivo é subsidiar os profissionais para que tenham
486 condições de utilizar o aplicativo desenvolvido para *smartphone* e *tablet*, permitindo ao
487 profissional enviar imagens e informações ao sistema do CAU, de forma a contribuir na
488 alimentação e melhoria de ações relacionados às obras, além de auxiliar na regulamentação
489 da profissão”. Porém, segundo o Conselheiro, a maior preocupação dos desenvolvedores do
490 projeto é a de que este não seja apenas uma ferramenta fiscalizadora e/ou de denúncia. A
491 seguir, explica o processo do aplicativo e sugere que o CAU/PR devia implementar o Projeto,
492 ao menos em caráter experimental. Relata que o Assessor de Planejamento já solicitou-se
493 um orçamento à empresa desenvolvedora do Aplicativo que, com a mesma base do
494 CAU/MG, ficaria em torno de R\$ 7.056,00 (sete mil e cinquenta e seis reais), sem custo de
495 manutenção inicial. Outros valores só devem ser aplicados quando houver a necessidade de



496 reorganização de novas características ao sistema. O Presidente JEFERSON DANTAS
497 NAVOLAR pondera que o Projeto é interessante, mas vê determinadas restrições no
498 aplicativo, uma vez que o sistema do CAU não tem capacidade para a demanda gerada, além
499 da complexidade de pessoal habilitado para operacionalizar a tarefa. Talvez, reflete o
500 Presidente, o universo de profissionais capacitados e credenciados, que conte com
501 Conselheiros e representantes das Câmaras Técnicas, seja o ideal para a abrangência em
502 todo o Estado. Neste sentido, o Presidente recomenda que, num primeiro momento, se dê
503 continuidade aos procedimentos comerciais e, mais adiante deve-se, então, trabalhar na
504 implantação do Aplicativo, dentro dos limites de representatividade Institucional. Expõe
505 sobre a atual situação do CAU/PR diante o CREA, suas relações intrínsecas profissionais e,
506 numa comparação entre o histórico das duas Autarquias, reflete que “o CAU/PR deve
507 desenvolver um trabalho, não igual, mas completar ao já existente, na área de fiscalização
508 profissional”. Sobre a Comissão que deveria responsabilizar-se pela “alimentação” do
509 sistema, ele pensa ser a de Exercício Profissional a mais adequada, por área de afinidade. O
510 Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS solicita a produção de um adesivo como
511 material de divulgação do CAU/PR, o que é acordado por todos e dado o encaminhado pelo
512 Presidente, que encerra o relato da Comissão. -----

513 **5 Palavra do Conselheiro Federal.**-----

514 Inicialmente, o Conselheiro Federal LAÉRCIO LEANDRO DE ARAÚJO informa sobre as duas
515 últimas Reuniões Plenárias do CAU/BR. Uma ocorrida nos dias 23 e 24 de Janeiro e outra nos
516 dias 13 e 14 de Fevereiro, últimos. Na primeira, tratou-se, de acordo com o Conselheiro,
517 sobre três Resoluções fundamentais: 1) valor das anuidades; 2) valor de deslocamentos à
518 serviços do Conselho; e 3) reajuste salarial do quadro de funcionários do CAU/BR. Outrossim,
519 cita a formação das Comissões 2014, onde a Comissão de Ensino e Formação sofreu
520 alterações relevantes na sua composição, por desistência de dois Conselheiros. Quanto às
521 Comissões Especiais, a mudança maior ocorreu na Comissão de Relações Internacionais, com
522 a saída de seu Coordenador, o Arquiteto e Urbanista Miguel Pereira. Comunica a ocorrência
523 eleitoral para a vice-presidência do CAU/BR na referida Plenária, com mandato de um ano,
524 onde assumiram, enquanto Conselho Diretor, os Arquitetos e Urbanistas Antonio Francisco
525 de Oliveira - permanecendo como 1º Vice; e Napoleão Ferreira da Silva Neto, 2º Vice. Sobre a
526 8ª Reunião Ampliada, cita a pauta do Centro de Serviços Compartilhados - CSC, que
527 fundamentou a Resolução nº 71/2014, bem como a Resolução nº 72/2014, que trata dos
528 aportes financeiros do CAU/BR e dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do
529 Distrito Federal, para o Fundo de Apoio Financeiro dos CAU/UF. Outrossim, destacada nesta
530 Reunião, as informações sobre a 1ª Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo, em
531 conjunto com o XX Congresso Brasileiro de Arquitetos/Fortaleza, anteriormente debatido em
532 Plenária Estadual. Comunica sobre a Reunião Extraordinária do CAU/BR que versa do
533 Planejamento Estratégico do Conselho, onde participaram os Presidentes dos CAU/UF e
534 Conselheiros Federais e donde definiu-se um Calendário de visitas aos Estados. No Paraná, a
535 apresentação da Empresa *Symnetics*, está prevista para os dias 13 e 14 de Março. Nesta
536 mesma Reunião, explica o Conselheiro, houve a entrega dos Relatórios de Gestão de todas as
537 Comissões, enviado também aos CAU/UF. Tratando-se da Plenária de Fevereiro do CAU
538 Nacional, o Conselheiro aborda a questão do Concurso do CAU/BR para o preenchimento do
539 quadro funcional, informando que o mesmo foi finalizado no Distrito Federal - bem como em
540 20 (vinte) Estados - e agora todos devem passar um período de transição dos cargos. Sobre a



541 Ordem do Dia, há um novo Projeto de Resolução que cria a Comissão Eleitoral Nacional para
542 estabelecer as diretrizes e Calendário das Eleições 2014. A sugestão do Conselheiro é a de
543 que o CAU/PR aprofunde este debate em Plenária para encaminhamento de propostas ao
544 CAU Nacional. Outro tema de interesse debatido em Reunião do CAU/BR, segundo o
545 Conselheiro, é a proposta de alterações nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos
546 de Arquitetura e Urbanismo, desenvolvida pela Associação Brasileira de Ensino de
547 Arquitetura - ABEA, com participação da Comissão de Ensino e Formação, deliberada no
548 último CONABEA - Congresso Nacional da ABEA. As mudanças visam atualizar o currículo dos
549 cursos, a partir da instauração do CAU/BR e da nova carta sobre a formação de Arquitetos,
550 assinada pela UNESCO e pela União Internacional dos Arquitetos - UIA. Finalizando, o
551 Conselheiro cita a aprovação de um reajuste de valores nas Diretrizes para elaboração da 1ª
552 Reprogramação do Plano de Ação e Orçamento do CAU - Exercício 2014, devido aos acordos
553 do CSC - Centro de Serviços Compartilhados e informa que, a partir da Comissão de Ética e
554 Disciplina, também houve alterações nos prazos processuais, onde de 60 (sessenta) dias
555 passam a 120 (cento e vinte dias).

556 **6 Extra-Pauta**

557 **6.1 Relato FPAA**

558 Enquanto Presidente da Federação Pan-americana de Associações de Arquitetos- FPAA, o
559 Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO relata sobre a Reunião do Conselho
560 Internacional de Arquitetos, realizada nos dias 06 e 07 de Fevereiro, na cidade de Istambul,
561 Turquia. A importância da participação da FPAA se faz, entre outros, pela política de
562 relacionamento com a entidade, que é a de maior representatividade atual da classe, e o
563 pleito de sediar o Congresso Mundial em 2020, como anteriormente exposto pela Arquiteta e
564 Urbanista Letícia Antunes Peres Hardt. Neste evento, formalizaram-se as candidaturas de
565 Austrália, França e Brasil para sediar o Congresso. A eleição deverá ocorrer em Durban, África
566 do Sul, de 3 a 7 de outubro de 2014, cuja Federação recebeu convite, porém, sem direito a
567 voto. A candidatura brasileira teve o apoio formal de todas as entidades nacionais de
568 Arquitetura - FNA, AsBEA, ABEA e ABAP, além do CAU/BR e três instâncias governamentais.
569 Complementando informações da Plenária anterior, o Conselheiro informa sobre a
570 participação da FPAA no Conselho de Arquitetos da Europa - CAE, onde firmou-se um acordo,
571 que deverá ser ratificado na Plenária da Federação, em 1º, 02 e 03 de Abril, no Panamá. Este
572 acordo, denominado *Continuing Professional Development - CPD*, trata da promoção de
573 Cursos de Formação Continuada. Finalizando, comunica que o Coordenador de Ensino da
574 UIA/UNESCO fez, também durante o encontro na Turquia, uma apresentação sobre as
575 reflexões destas Instituições quanto ao ensino da Arquitetura e Urbanismo que, do ponto de
576 vista do Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO, possivelmente deve servir de
577 base ao convênio firmado entre a FPAA e o Pacto Global/ONU.

578 **6.2 NESC: Núcleo de Empreendedorismo e Sustentabilidade do CAU/PR**

579 O Conselheiro Suplente e Coordenador do NESC, JUCENEI GUSSO MONTEIRO, coloca sua
580 "preocupação em oferecer operacionalidade ao Núcleo no ano de 2014". Assim, apresenta
581 ao Plenário um Diagrama de proposta para a continuidade dos trabalhos, que inclui: o Plano
582 Base, o Grupo de Apoio e as Instituições Parceiras, que deverá também englobar o IAB/PR
583 (Anexo IX). A justificativa para tal é a de manter a "autoria do NESC, dentro do Conselho e
584 criar um ambiente de transição entre os parceiros, para que eles também se acostumem com
585 a presença do IAB no processo, uma vez que eles se interessaram em dar este apoio, através



586 do CAU/PR. Portanto, apenas uma estratégia de desenvolvimento”. Neste sentido, como
587 Coordenador, ele recomenda a formação de uma Comissão Geral, formada pelos
588 Conselheiros interessados, no intuito de “seguir um alinhamento” quanto os objetivos do
589 NESC, especialmente dentro da Regionais. Informa, outrossim, sobre a importância dos
590 profissionais em observar os indicadores do Plano Base, conforme Diagrama apresentado em
591 tela, e destaca a ação dos parceiros atuais, tais como: o SEBRAE - que atualmente desenvolve
592 projeto junto ao Núcleo de Pato Branco e Região, a Fomento/PR - representante do Governo
593 no apoio ao Núcleo, que apesar de não ser uma Instituição financeira possui uma linha de
594 crédito subsidiada de interesse do NESC, a Caixa Econômica Federal e a Aliança Paraná
595 Sustentável - chancelada pela PUC-PR e Governo do Estado, com ações na área de
596 Planejamento Urbano, Residência Técnica e Empregabilidade do Arquiteto. Para o
597 Conselheiro, este deve ser o ano da “ação” do NESC, que necessita destas e novas parcerias
598 firmadas. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pondera sobre as dificuldades
599 enfrentadas pelo NESC no ano de 2013 que inibiram sua atuação efetiva, e destaca que o
600 trabalho conjunto para o ano de 2014 anuncia ser profícuo ao Núcleo, agradecendo o
601 trabalho e relato do Coordenador JUCENEI GUSSO MONTEIRO.....

602 **6.3 Eleições 2014; Fiscalização do CREA/Cascavel.....**

603 A Conselheira Titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI, informa que acompanhou a Reunião
604 da Comissão Eleitoral Nacional para 2014 e vê com preocupação “o calendário bastante
605 apertado” para os parâmetros e definições das eleições, visto faltar apenas 8 (oito) meses
606 para a realização destas. A seguir, coloca o seu descontentamento e de outros colegas de
607 profissão quanto a Fiscalização do CREA/PR que vem ocorrendo na cidade de Cascavel. Cita
608 que foi abordada de maneira inapropriada pelo profissional do CREA e vai tomar as devidas
609 providências - mover uma ação - contra o CREA. Outro Arquiteto e Urbanista, Rui Alberto
610 Dupont também recorreu a Conselheira para efetivar queixa quanto a fiscalização do CREA
611 nas obras municipais, pois da maneira como vem ocorrendo “o cliente fica inseguro em
612 relação ao profissional Arquiteto e Urbanista, que não pode fazer nada diante da situação, e
613 não sabe em quem acredita”. Do seu ponto de vista, “o CREA está lesando o CAU”. O
614 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR entende a preocupação da Conselheira e vê como
615 certa a atitude de que ela e os demais profissionais que se sentem prejudicados procurem os
616 seus direitos. A iniciativa de esclarecimento, em conhecer o que ainda cabe ao CREA também
617 é essencial e entende que, neste sentido, cabe uma conversa entre Autarquias.....

618 **Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CAU/PR, Arquiteto e Urbanista JEFERSON**
619 **DANTAS NAVOLAR agradeceu à Conselheira e aos Conselheiros presentes. As dezoito horas**
620 **e cinquenta e seis minutos do dia vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e quatorze, o**
621 **Presidente do CAU/PR, Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR declarou**
622 **encerrada esta Reunião de Nº 28 (Segunda de 2014) do CAU/PR. Para constar, eu, MÔNICA**
623 **DE LACERDA GOMARA, Assistente de Plenária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e**
624 **aprovada por todo(a)s o(a)s senhor(a)s Conselheiro(a)s do CAU/PR, será rubricada por mim**
625 **em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pelo senhor Presidente para que**
626 **produza os efeitos legais.....**

627

628

629

630

JEFERSON DANTAS NAVOLAR
Presidente do CAU/PR

MÔNICA DE LACERDA GOMARA
Assistente de Plenária



- | | | |
|-----|------------|---|
| 631 | Anexo I | - Imóveis Avenida Nossa Senhora da Luz; |
| 632 | Anexo II | - Projeto Básico para montagem do Edital do Concurso Público do CAU/PR; |
| 633 | Anexo III | - Quadro Resumo Conciliação do mês de Janeiro; |
| 634 | Anexo IV | - Ofício encaminhado ao CAU/BR normalização acesso ao SICCAU; |
| 635 | Anexo V | - Comunicado SINDIFISC-PR; |
| 636 | Anexo VI | - Orientação nº 03/2011 do CAU/BR; |
| 637 | Anexo VII | - Relatório das Gerências; |
| 638 | Anexo VIII | - Aplicativo "Arquiteto Protagonista"; |
| 639 | Anexo IX | - Diagrama NESC. |